

interessado será intimado para manifestar sua concordância com o valor apurado, no prazo de 05 (cinco) dias.

§ 4º. Se não concordar com o valor apontado, o interessado poderá formular, em igual prazo, pedido de revisão da avaliação, devidamente fundamentado, ouvindo-se novamente o Órgão avaliador no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 5º. Em nenhuma hipótese o imóvel poderá ser aceito por valor inferior ao da avaliação efetuada pela Administração Municipal e desde que esse valor não ultrapasse a 50% (cinquenta por cento) do valor constante da alínea "a" do inciso II do artigo 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 6º. Se o interessado concordar com o valor apurado na avaliação do imóvel, o processo administrativo deverá ser encaminhado ao Secretário Municipal da Fazenda e a Procuradoria Geral do Município, para manifestação.

§ 1º. Após, o Prefeito Municipal decidirá, autorizando ou não a alienação do imóvel.

§ 2º. Sendo autorizada a alienação, será publicado decreto com identificação técnica do imóvel.

Art. 7º. Deferida a alienação, o processo administrativo será encaminhado à Secretaria Municipal da Fazenda para as providências necessárias relativas ao recebimento dos valores devidos em razão da alienação do bem público ao interessado.

Parágrafo único. Em caso de pedido de parcelamento pelo interessado, serão observadas as regras pertinentes ao débito fiscal.

Art. 8º. Após a efetivação do pagamento, deverá ser lavrada a escritura, arcando o interessado com as despesas e tributos incidentes na operação.

Art. 9º. O Poder Executivo regulamentará esta lei complementar no prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua publicação, se necessário.

Art. 10. As despesas decorrentes da execução desta lei complementar correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 11. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carmelo, 25 de outubro de 2017.

SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal

BOLIMAR LUCIANO DE OLIVEIRA
Procurador Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



DECRETO Nº 2014 DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.

"Dispõe sobre o horário de funcionamento do comércio local no final do ano de 2017".

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1.º - Ficam estabelecidos os seguintes horários especiais de funcionamento do comércio durante o mês de dezembro de 2017, observados os preceitos da legislação pertinente.

I – Nos dias 04 a 09 de dezembro.....Aberto de 08:30 às 19:00 horas.

II – Nos dias 11 a 16 de dezembro.....Aberto de 08:30 às 20:00 horas.

III - Nos dias 18 a 23 de dezembro.....Aberto de 08:30 às 21:00 horas.

IV – Nos domingos, dias 10 e 17 de dezembro.....Aberto de 09:00 às 12:00 horas.

V – No domingo, véspera de natal, dia 24 de dezembro.....Aberto de 09:00 às 20:00 horas.

Art. 2º - Os horários sugeridos são considerados facultativos, ficando a critério da empresa aderir ou não a este horário.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.


Monte Carmelo, 24 de outubro de 2017.

SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

BOLIMAR LUCIANO DE OLIVEIRA
Procurador Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO - MG, EXTRATO DA ATA, PREGÃO PRESENCIAL SRP – Nº 87/2017, PROCESSO Nº 138/2017. Objeto: Refere-se à Aquisição de Gás de Cozinha, para atender às necessidades de diversos setores e Secretarias da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG, para participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual. **Órgão gerenciador:** Município de Monte Carmelo – MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. **Empresa:** Center Gás Água Mineral e Bebidas Ltda – ME, CNPJ: 04.675.588/0001-34, Item 01 -Valor: R\$ 47.592,00 e Item 02 - Valor: R\$ 15.524,40. **Valor total da Ata:** R\$ 63.116,40. **Data:** 26/10/2017. **Vigência:** 12 meses. Paulo Rodrigues Rocha - Secretário Municipal da Fazenda. **AVISO DE HABILITAÇÃO.** O Pregoeiro torna público o resultado da Habilitação do Processo nº 138/2017, modalidade Pregão Presencial SRP nº 87/2017 – Tipo: menor preço por item. **Empresa Habilitada:** Center Gás Água Mineral e Bebidas Ltda – ME. **Data:** 26/10/2017. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Pregoeiro. **AVISO DE HOMOLOGAÇÃO:** O Secretário Municipal da Fazenda torna pública a Homologação do processo nº. 138/2017, modalidade Pregão Presencial SRP nº. 87/2017 – Tipo: menor preço por item, em favor da Empresa: Center Gás Água Mineral e Bebidas Ltda – ME. **Data:** 26/10/2017. Paulo Rodrigues Rocha – Secretário Municipal da Fazenda.

EXPEDIENTE

**DIÁRIO OFICIAL
DO MUNICÍPIO**

[ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO](#)

[RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA](#)

[TELEFONE: \(34\)3842-5880 - RAMAL 242](#)

[ACESSE: \[www.montecarmelo.mg.gov.br\]\(http://www.montecarmelo.mg.gov.br\)](#)




Órgão Oficial do Município


Diá 27 de Outubro de 2017
Lei nº 661 de 09 de abril de 2007

Ano XI

Nº 1335



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 1400 DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

“Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar na forma que especifica e dá outras providências”.

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional suplementar, no orçamento do Município no valor de **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)** destinado ao reforço orçamentário das seguintes dotações.

Órgão	02 – Poder executivo		
Entidade	04– Fundo Municipal Saúde		
Unidade	35- Secretaria Municipal de Saúde		
Sub-Unidade	01 - Bloco de Gestão		
Função	10- Saúde		
Subfunção	122 – Administração Geral		
Programa	4001 – Governo p/ todos c/ respons. Eficiência e Transparência		
Projeto/Atividades	2.300- Gestão das Ações da Secretaria da Saúde		
Elemento	3.1.90.04.00.00 – Contratação por tempo determinado	Ete Recursos: 102 – Receitas de imp.e de Transf. De impostos Vinc à Saúde	Valor_ R\$ 35.000,00

Órgão	02 – Poder executivo		
Entidade	04– Fundo Municipal Saúde		
Unidade	35- Secretaria Municipal de Saúde		
Sub-Unidade	01 - Bloco de Gestão		
Função	10- Saúde		
Subfunção	122 – Administração Geral		
Programa	4001 – Governo p/ todos c/ respons. Eficiência e Transparência		
Projeto/Atividades	2.300- Gestão das Ações da Secretaria da Saúde		
Elemento	3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	Ete Recursos: 102 – Receitas de imp.e de Transf. De impostos Vinc à Saúde	Valor_ R\$ 85.000,00

Órgão	02 – Poder executivo		
Entidade	04– Fundo Municipal Saúde		
Unidade	36- Fundo Municipal de Saúde		
Sub-Unidade	02 - Atenção Básica		
Função	10- Saúde		
Subfunção	301 – Atenção Básica		
Programa	4005 – Saúde Integral e Humanizada para todos		
Projeto/Atividades	2.305 - Promoção à Atenção Básica em Saúde		
Elemento	3.1.90.04.00.00 – Contratação por tempo determinado	Ete Recursos: 102 – Receitas de imp.e de Transf. De impostos Vinc à saúde	Valor_ R\$ 20.000,00

Órgão	02 – Poder executivo		
Entidade	04– Fundo Municipal Saúde		
Unidade	36- Fundo Municipal de Saúde		
Sub-Unidade	02 - Atenção Básica		
Função	10- Saúde		
Subfunção	301 – Atenção Básica		
Programa	4005 – Saúde Integral e Humanizada para todos		
Projeto/Atividades	2.305- Promoção à Atenção Básica em Saúde		
Elemento	3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	Ete Recursos: 102 – Receitas de imp.e de Transf. De impostos Vinc à Saúde	Valor_ R\$ 110.000,00

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Órgão	02 – Poder executivo		
Entidade	04– Fundo Municipal Saúde		
Unidade	36- Fundo Municipal de Saúde		
Sub-Unidade	03- Bloco da Média e Alta Complexidade		
Função	10- Saúde		
Subfunção	302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Programa	4005 – Saúde Integral e Humanizada para todos		
Projeto/Atividades	2.218- Manutenção CAPS e Residência Terapêutica		
Elemento	3.1.90.04.00.00 – Contratação por tempo determinado	Ete Recursos: 102 – Receitas de imp.e de Transf. De impostos Vinc à Saúde	Valor_ R\$ 30.000,00

Órgão	02 – Poder executivo		
Entidade	04– Fundo Municipal Saúde		
Unidade	36- Fundo Municipal de Saúde		
Sub-Unidade	03- Bloco da Média e Alta Complexidade		
Função	10- Saúde		
Subfunção	302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Programa	4005 – Saúde Integral e Humanizada para todos		
Projeto/Atividades	2.221- Manutenção de Postos e Policlínicas		
Elemento	3.1.90.04.00.00 – Contratação por tempo determinado	Ete Recursos: 102 – Receitas de imp.e de Transf. De impostos Vinc à Saúde	Valor_ R\$ 60.000,00

Órgão	02 – Poder executivo		
Entidade	04– Fundo Municipal Saúde		
Unidade	36- Fundo Municipal de Saúde		
Sub-Unidade	03- Bloco da Média e Alta Complexidade		
Função	10- Saúde		
Subfunção	302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Programa	4005 – Saúde Integral e Humanizada para todos		
Projeto/Atividades	2.221- Manutenção de Postos e Policlínicas		
Elemento	3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	Ete Recursos: 102 – Receitas de imp.e de Transf. De impostos Vinc à Saúde	Valor_ R\$ 40.000,00

Órgão	02 – Poder executivo		
Entidade	04– Fundo Municipal Saúde		
Unidade	36- Fundo Municipal de Saúde		
Sub-Unidade	03- Bloco da Média e Alta Complexidade		
Função	10- Saúde		
Subfunção	302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Programa	4005 – Saúde Integral e Humanizada para todos		
Projeto/Atividades	2.319- Promoção à Assistência Hospitalar, Ambulatorial e Especial		
Elemento	3.1.90.04.00.00 – Contratação por tempo determinado	Ete Recursos: 102 – Receitas de imp.e de Transf. De impostos Vinc à Saúde	Valor_ R\$ 300.000,00

Órgão	02 – Poder executivo		
Entidade	04– Fundo Municipal Saúde		
Unidade	36- Fundo Municipal de Saúde		
Sub-Unidade	03- Bloco da Média e Alta Complexidade		
Função	10- Saúde		
Subfunção	302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Programa	4005 – Saúde Integral e Humanizada para todos		
Projeto/Atividades	2.319- Promoção à Assistência Hospitalar, Ambulatorial e Especial		
Elemento	3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	Ete Recursos: 102 – Receitas de imp.e de Transf. De impostos Vinc à Saúde	Valor_ R\$ 180.000,00

Órgão	02 – Poder executivo		
Entidade	04– Fundo Municipal Saúde		
Unidade	36- Fundo Municipal de Saúde		
Sub-Unidade	03- Bloco da Média e Alta Complexidade		
Função	10- Saúde		
Subfunção	302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Programa	4005 – Saúde Integral e Humanizada para todos		

27/10/17

Projeto/Atividades	2.319- Promoção à Assistência Hospitalar, Ambulatorial e Especial		
Elemento	3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fte Recursos: 102 – Receitas de Imp. e de Transf. De impostos Vinc à Saúde	Valor R\$ 140.000,00

TOTAL GERAL: R\$ 1.000.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional suplementar aberto por esta Lei serão utilizados como fonte de recursos a anulação parcial e/ou total do orçamento vigente, conforme detalhado abaixo:

Órgão	01– Poder Legislativo		
Entidade	01 – Câmara Municipal		
Unidade	01- Câmara Municipal de Monte Carmelo		
Função	01 – Legislativa		
Subfunção	031-Ação Legislativa		
Programa	0001 – Processo Legislativo		
Projeto/Atividades	2.001- Manutenção e Apoio Administrativo		
Elemento	3.1.90.13.00.00 – Obrigações Patronais	Fte Recursos: 100- Recursos Ordinários	Valor R\$ 100.000,00

Órgão	01– Poder Legislativo		
Entidade	01 – Câmara Municipal		
Unidade	01- Câmara Municipal de Monte Carmelo		
Função	01 – Legislativa		
Subfunção	031-Ação Legislativa		
Programa	0001 – Processo Legislativo		
Projeto/Atividades	2.001- Manutenção e Apoio Administrativo		
Elemento	4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente	Fte Recursos: 100- Recursos Ordinários	Valor R\$ 230.000,00

Órgão	01– Poder Legislativo		
Entidade	01 – Câmara Municipal		
Unidade	01- Câmara Municipal de Monte Carmelo		
Função	01 – Legislativa		
Subfunção	031-Ação Legislativa		
Programa	0001 – Processo Legislativo		
Projeto/Atividades	2.002- Manutenção de Atividades Parlamentares		
Elemento	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	Fte Recursos: 100- Recursos Ordinários	Valor R\$ 480.000,00

Órgão	01– Poder Legislativo		
Entidade	01 – Câmara Municipal		
Unidade	01- Câmara Municipal de Monte Carmelo		
Função	01 – Legislativa		
Subfunção	031-Ação Legislativa		
Programa	0001 – Processo Legislativo		
Projeto/Atividades	2.002- Manutenção de Atividades Parlamentares		
Elemento	3.3.90.35.00.00 - Serviços de Consultoria	Fte Recursos: 100- Recursos Ordinários	Valor R\$ 40.000,00

Órgão	01– Poder Legislativo		
Entidade	01 – Câmara Municipal		
Unidade	01- Câmara Municipal de Monte Carmelo		
Função	01 – Legislativa		
Subfunção	031-Ação Legislativa		
Programa	0001 – Processo Legislativo		
Projeto/Atividades	2.002- Manutenção de Atividades Parlamentares		
Elemento	3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica	Fte Recursos: 100- Recursos Ordinários	Valor R\$ 50.000,00

Órgão	01– Poder Legislativo		
Entidade	01 – Câmara Municipal		
Unidade	01- Câmara Municipal de Monte Carmelo		
Função	01 – Legislativa		
Subfunção	031-Ação Legislativa		
Programa	0001 – Processo Legislativo		
Projeto/Atividades	2.002- Manutenção de Atividades Parlamentares		
Elemento	4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente	Fte Recursos: 100- Recursos Ordinários	Valor R\$ 70.000,00

Órgão	01– Poder Legislativo		
Entidade	01 – Câmara Municipal		
Unidade	01- Câmara Municipal de Monte Carmelo		
Função	01 – Legislativa		
Subfunção	031-Ação Legislativa		
Programa	0001 – Processo Legislativo		
Projeto/Atividades	2.001- Manutenção e Apoio Administrativo		
Elemento	3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fte Recursos: 100- Recursos Ordinários	Valor R\$ 10.000,00

Órgão	01– Poder Legislativo		
Entidade	01 – Câmara Municipal		
Unidade	01- Câmara Municipal de Monte Carmelo		
Função	01 – Legislativa		
Subfunção	031-Ação Legislativa		
Programa	0001 – Processo Legislativo		
Projeto/Atividades	2.002- Manutenção de Atividades Parlamentares		
Elemento	3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo	Fte Recursos: 100- Recursos Ordinários	Valor R\$ 20.000,00

TOTAL GERAL: R\$ 1.000.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo, 25 de outubro de 2017.




SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal

BOLIMAR LUCIANO DE OLIVEIRA
Procurador Geral do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1401 DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.



“Autoriza o Poder Executivo Municipal a desafetar, desdobrar e permutar áreas do domínio público do Município de Monte Carmelo, na forma que especifica”.

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a desafetar do domínio público, desdobrar e permutar o imóvel registrado na matrícula nº 28.798 do livro 02 no CRI Local de propriedade do Município de Monte Carmelo com o Sr. Carlos Henrique Gontijo.

Art. 2º- O imóvel de propriedade do Município de Monte Carmelo a ser permutado compreende parte de um lote de terreno de nº 01-A, da Quadra L, com a área total de (2.260,00 m²) Área Institucional, o qual fica dentro das seguintes divisas e confrontações futuras: “Um lote de terreno de nº 01-B, da Quadra L, medindo 32,50 metros de frente para a Rua José Soares; 26,16 metros do lado direito, confrontando com lote nº 01-A; 32,50 metros de fundos, confrontando com lote nº 01-A; 26,16 metros do lado esquerdo, confrontando com a Rua José Soares Amaral Júnior, situado nas referidas via públicas, no Bairro Progresso, conforme matrícula 28.798 do Livro 02 do CRI, Inscrição Municipal: 31.696, com área a ser permutada de (850,20 m2), avaliado em R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais).

Parágrafo único: A área objeto da permuta, constante no caput deste artigo, fica desafetada de sua primitiva condição de bem indisponível, passando à categoria de bem disponível.

Art. 3º- O imóvel de propriedade do Sr. Carlos Henrique Gontijo compreende “uma faixa de terreno, medindo 17,00 metros de frente pela Rua José Soares; 27,60 metros do lado direito, confrontando com arrematante; 24,00 metros de fundos, na confrontação com Albanir Flores da Silva; 30,10 metros do lado esquerdo, confrontando com a via expressa, ou seja, 576,30 m², no bairro Batuque Novo, nesta cidade”. Conforme matrícula: 12.041 do liv. 02 do CRI; avaliada em R\$ 247.809,00 (duzentos e quarenta e sete mil e oitocentos e nove reais).

Art. 4º- A permuta de que trata esta Lei, se processará de igual para igual, com base na avaliação dos imóveis, sendo que não caberá ao Município o pagamento de qualquer diferença ou ônus, em virtude do interesse de ambas as partes na referida permuta.

Art. 5º- Compete ao Município, os trâmites necessários à escrituração destas áreas, arcando com todas as despesas de escrituração dos imóveis permutados.

Art. 6º- O imóvel a ser permutado será incorporado ao sistema viário municipal no prolongamento da Av. do Contorno.

Art. 7º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo, 25 de outubro de 2017.



SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal

BOLIMAR LUCIANO DE OLIVEIRA
Procurador Geral do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1402 DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.



“ALTERA A DENOMINAÇÃO DA CASA LAR SR. MANOEL FERREIRA DE ALMEIDA PARA ABRIGO SR. MANOEL FERREIRA DE ALMEIDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º. A Casa Lar Sr. Manoel Ferreira de Almeida, criada pela Lei nº 1158 de 26 de março de 2014, passa a ser denominada “**ABRIGO SR. MANOEL FERREIRA DE ALMEIDA**”, constituindo-se em Proteção Social Especial de Alta Complexidade na modalidade de Abrigo Institucional.

Art. 2º. Fica a Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social encarregada de tomar as providências no sentido de mudar a denominação e comunicar os órgãos competentes.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carmelo, 25 de outubro de 2017.




SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal

BOLIMAR LUCIANO DE OLIVEIRA
Procurador Geral do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1403 DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.



“Altera dispositivos da Lei nº 1.386, de 23 de agosto de 2017, que dispõe sobre o parcelamento de débitos tributários e não tributários da Administração Direta e Indireta e dá outras providências.”
O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º - O caput dos artigos 2º, 3º, o parágrafo 1º do artigo 4º e o artigo 10 da Lei nº 1.386, de 23 de agosto de 2017, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º. Aos contribuintes e devedores que parcelarem os débitos de sua responsabilidade, de natureza tributária ou não tributária, previstas nesta Lei **em mais de 12 (doze) parcelas não terão direito aos descontos nos juros e multas**”.

Art. 3º. Aos contribuintes e devedores, com débitos inferiores a **R\$ 8.999,99** (oito mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos), mas confessarem seus débitos, poderão firmar termo de parcelamento para pagamento em até **48 (quarenta e oito) parcelas**, de forma mensal, podendo ser concedidos os seguintes benefícios:

“Art. 4º(...)
§ 1º. O parcelamento será pago mensal e sucessivamente, a partir da data do deferimento do requerimento.

27/10/17
Art. 10. Os contribuintes e devedores da Fazenda Municipal, poderão utilizar-se dos benefícios desta Lei, no período compreendido entre a sua publicação **até o dia 22 de dezembro de 2017”**.”

Art. 2º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo, 25 de outubro de 2017.



SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal

BOLIMAR LUCIANO DE OLIVEIRA
Procurador Geral do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI COMPLEMENTAR Nº 45 DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.



“DISCIPLINA A DESAFETAÇÃO DE BENS PÚBLICOS MUNICIPAIS E AUTORIZAÇÃO PARA ALIENAÇÃO, INCLUSIVE A PROPRIETÁRIOS LINDEIROS, PREVISTA NO PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 91 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL”.

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a alienação aos proprietários de imóveis patrimoniais do Município, cujas áreas sejam compreendidas entre 300,01 m² (trezentos vírgula zero um metros quadrados) até 500,00 m² (quinhentos metros quadrados), excetuadas as áreas destinadas a vias públicas, e área de lazer.

Art. 2º. Fica autorizada a alienação, mediante licitação, de imóveis patrimoniais do Município, cujas áreas sejam compreendidas entre 300,01 m² (trezentos vírgula zero um metros quadrados) até 500,00 m² (quinhentos metros quadrados), excetuadas as áreas destinadas a vias públicas, e área de lazer.

Parágrafo único. A alienação dos imóveis de que trata este artigo será regulamentada por decreto, baseado nos estudos desenvolvidos pelo GETPI – Grupo Especial de Trabalho do Patrimônio Imobiliário.

Art. 3º. O bem público objeto da alienação ao proprietário de imóvel lindeiro ficará desafetado, passando a integrar a classe dos bens patrimoniais deste município.

Art. 4º. O procedimento destinado à formalização da desafetação e autorização para alienação compreenderá as seguintes etapas, sucessivamente:

- I – requerimento do interessado dirigido ao Secretário Municipal de Fazenda;
- II – os órgãos competentes informarão a descrição da área do imóvel pretendido pelo interessado, bem como se há atendimento dos requisitos para alienação ao proprietário do imóvel lindeiro, dispostos no § 2º do artigo 91 da Lei Orgânica Municipal e no § 3º do artigo 17 da Lei nº 8.666/1993, ouvido o Grupo Executivo de Trabalho do Patrimônio Imobiliário - GETPI;
- III – o processo administrativo será enviado à Procuradoria Geral do Município, para análise dos aspectos da legalidade da alienação pelo Município;
- IV – ratificação da autorização de alienação do imóvel;

V - lavratura da escritura de alienação do bem público ao proprietário de imóvel lindeiro, a quem caberá todas as despesas oriundas do instrumento público de venda e compra e seu registro.

Art. 5º. Atendidos os pressupostos legais estabelecidos no inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal, inciso I do artigo 91 da Lei Orgânica Municipal e inciso I do artigo 17 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, havendo interesse do Município em realizar a alienação do bem público ao interessado, será feita a sua avaliação administrativa, para determinação do preço do bem a ser pago.

§ 1º. A avaliação administrativa do imóvel ficará a cargo de uma equipe avaliadora, designada por Decreto e composta por servidores públicos municipais com competência para a função.
§ 2º. A avaliação administrativa deverá ser juntada ao processo administrativo requerido pelo interessado.
§ 3º. Concluída a avaliação mencionada no parágrafo anterior, o

Pág. 2

Pág. 3